

O legado carioca

Foto: Renato José Sette Camara



Maria Silvia Bastos Marques

Presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM)

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A parede junto à mesa de trabalho de Maria Silvia Bastos Marques está lotada. Mas não de pinturas. Os traços que congestionam o espaço saem de diversos cronogramas, indicando o andamento das obras relativas aos Jogos Olímpicos de 2016. “O lema é ‘take advantage of the games’ para fazer o que o Rio de Janeiro precisa”, diz a economista, ressaltando a importância do evento para atrair investimento privado e eliminar déficits de infraestrutura que vão da mobilidade urbana ao saneamento e à capacitação profissional. Os prazos são curtos, inclusive o da própria EOM, que se dissolverá em dezembro de 2016. “A primeira lição que tiramos é um grande sistema de governança”, diz Maria Silvia, que já ocupou, entre outros cargos, o de secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e do Grupo Icatu Seguros. Para ela, “a Olimpíada não só traz um sistema de planejamento muito importante, mas um senso de urgência e alavancagem de obras fundamentais para a cidade”.

Conjuntura Econômica — O orçamento para os Jogos Olímpicos de 2016 contido no dossiê de candidatura, em 2009, foi de R\$ 23,3 bilhões para os três níveis de governo. Há estimativas de quanto o custo real dos Jogos superará as expectativas originais?

Maria Silvia Bastos Marques — Esse valor foi base para a elaboração da matriz de responsabilidades, que evoluiu desde então. Houve alterações na lista e no escopo dos projetos para atender às exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI) e às necessidades que surgiram posteriormente. O valor final só será conhecido mais à frente, quando todos os projetos estiverem em um nível de maturidade avançado, com pelo menos o projeto básico ou a obra já iniciada, pois aí você tem mais consistência nos números. Londres fez três revisões em sua matriz, e ainda assim o país mais que triplicou o valor inicial do orçamento. Longe de querer dizer que vamos fazer isso; muito pelo contrário. Mas é um bom indicador do grau de dificuldade e do cuidado necessário na divulgação desses números. No caso do Brasil, a gente está lidando com uma lista de projetos muito extensa, temos três níveis de governo trabalhando, mais o comitê organizador dos jogos. Ao contrário de Londres, em que o nível federal tinha a maior parte das incumbências, aqui a maior parte fica com o município. Estamos trabalhando para ter uma divulgação que seja fácil de entender a todos, unindo projetos com níveis de maturidade semelhantes, critérios semelhantes. A mensagem importante agora é que temos atualizado essa lista de projetos junto ao COI, que faz o acompanhamento em bases mensais, e que os projetos estão todos em curso, dentro do seu prazo e do seu custo.

Atualmente, o site da Empresa Olímpica Municipal divulga o valor do investimento

de 11 dos 21 projetos listados para os Jogos Olímpicos. Eles somam R\$ 11,6 bilhões, dos quais 70% são aporte privado, com grande participação das obras do Porto Maravilha — o maior investimento dessa lista parcial, de R\$ 8 bilhões, 98% dos quais de empresas. A proporção de recursos privados atraídos tem obedecido à expectativa da EOM?

O Porto Maravilha não estava no dossiê de candidatura, houve muitas mudanças, e por isso não pode ser agregado àquele valor inicial. Tampouco o BRT Transbrasil, por exemplo, estava nessa carteira. Depois que o Rio ganhou como cidade-sede é que conseguimos redirecionar parte do investimento, o que é natural, pois quando a realidade se impõe é que se começa a adequar os projetos. Em 2009, a gente não tinha muita ideia do que poderia obter em recursos privados, mas a busca por esses recursos tem sido permanente. Boa parte do Parque Olímpico será construída com investimento privado. É a primeira vez que isso acontece nos Jogos Olímpicos, e dessa forma conseguimos antecipar soluções. Vou dar um exemplo. O IBC (International Broadcasting Center), que é um prédio enorme dentro do Parque, com cerca de 80 mil metros quadrados, feito para hospedar a mídia televisiva, gera problema em todas as Olimpíadas. É muito caro, muito grande, é difícil estabelecer um legado para ele. Mesmo em Londres, onde o Parque Olímpico está sofrendo uma reforma, ainda não temos notícia de que ele já tenha uma destinação definida. No caso do Rio, conseguimos resolver esse problema antes dos jogos. Como? A prefeitura propôs, e foi aprovada na Câmara de Vereadores, uma lei que, através de incentivos urbanísticos, possibilitou que o consórcio ganhador da parceria público-privada para a construção do Parque Olímpico (Concessionária Rio Mais, formada por Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken) desse uma destinação posterior para esse imóvel, possivelmente um misto de

residencial e comercial. Então já resolvemos essa questão, sem colocar dinheiro público. Isso foi um trabalho importante feito com a prefeitura, a Procuradoria e a Empresa Olímpica Municipal.

O consórcio vencedor também terá o direito de converter parte da área do Parque Olímpico em bairro residencial. Como foram definidas as bases dessa exploração?

Todo o terreno, de 1,18 milhão de metros quadrados, será ocupado pelos Jogos Olímpicos. Após o evento, as instalações permanentes constituirão o Centro Olímpico de Treinamento (COT) para atletas de alto rendimento, e outra parte do terreno será transformada nesse bairro residencial. O contrato de PPP envolve a construção e manutenção por 15 anos de toda a infraestrutura do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas, além da construção de um hotel com 400 quartos, do Centro Principal de Mídia, do IBC e de três pavilhões que constituirão o futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT). O Consórcio Rio Mais venceu a licitação da PPP com uma proposta de investimento de R\$ 1,352 bilhão. A área do Parque Olímpico, no valor de R\$ 850 milhões, faz parte da contrapartida da prefeitura ao concessionário.

O que fizemos foi desenhar um Plano de Alinhamento e Loteamento (PAL), feito para o modo jogos e para o modo legado. Isso inclui, por exemplo, um projeto de recuperação da faixa marginal de proteção da área, à margem da Lagoa de Jacarepaguá. Também tivemos a preocupação de definir

Depois que o Rio ganhou como cidade-sede é que conseguimos redirecionar parte do investimento, o que é natural, pois quando a realidade se impõe é que se começa a adequar os projetos

hoje quais as regras que vão reger esse bairro amanhã, até para que ele fosse um símbolo de uma coisa nova, de mudança, com requisitos de sustentabilidade, eficiência energética, e garantindo o acesso público, que atualmente os condomínios da Barra da Tijuca não têm. Será um bairro do tamanho do Leme, que poderá comportar, segundo uma estimativa inicial, 190 mil habitantes. O fato é que a gente tem explorado ao máximo essa possibilidade de fazer PPP, e temos buscado melhorar o uso dos recursos em cada caso, já pensando na solução do legado. O Sambódromo foi assim: a Brahma/Ambev tinha um prédio e queria fazer um aumento de gabarito, e em troca a prefeitura conseguiu a reforma do Sambódromo sem o uso de recursos públicos. O Centro de Operações (monitoramento de trânsito e climático) foi feito com recursos privados, o Centro de Tratamento de Resíduos de Seropédica também, em troca de concessão. A Vila dos Atletas, onde ficarão hospedados os 10 mil atletas, que em geral é edificada com dinheiro público, foi feita com investimento privado, e depois também se converterá em prédios residenciais.

A preocupação é evitar experiências como a dos Jogos Pan-Americanos?

Os Jogos de 2007 foram um grande aprendizado em várias áreas, mas a preparação agora é diferente. Temos tido um cuidado muito grande com a definição sobre o que é temporário e o que é permanente nas estações esportivas. Temos estudado a fundo a possibilidade de reaproveitar as instalações temporárias, para que não seja um custo perdido. Por isso a prefeitura criou o conceito de arquitetura nômade. Com isso viabilizaremos

Temos estudado a fundo a possibilidade de reaproveitar as instalações temporárias, para que não seja um custo perdido. Por isso, a prefeitura criou o conceito de arquitetura nômade

o reaproveitamento futuro das instalações temporárias do handebol e do Parque Aquático. A arena de handebol será construída em uma área de 35 mil metros quadrados e terá capacidade para 12 mil espectadores. Após as competições, o equipamento será desmontado e

transformado em quatro escolas municipais. Os esportes aquáticos também exemplificam essa preocupação. O Rio de Janeiro já tem um Parque Aquático, o Complexo Maria Lenk. Entretanto, nos Jogos Olímpicos a natação é uma das competições com maior demanda de público, cerca de 18 mil pessoas por sessão, tornando necessário construir um novo centro. Como não há demanda para dois parques aquáticos permanentes na cidade, a opção foi construir uma instalação temporária para natação e nado sincronizado. Após os Jogos, a piscina poderá ser montada em outro lugar no formato olímpico ou em tamanho menor. Pelas mesmas razões, o Centro de Tênis terá estruturas permanentes e temporárias.

Hoje, um dos problemas observados no Brasil é a baixa capacidade que os municípios em geral têm de executar projetos, por falta de corpo técnico, rigidez no sistema de contratação, falta de verba, além de outros problemas de ordem regulatória. Com a maior parte dos investimentos concentrados no nível municipal, qual o principal desafio que a EOM tem enfrentado para cumprir seu cronograma?

A primeira lição que temos tirado desse projeto é um grande sistema de governança, uma coisa completamente nova. O Comitê Olímpico Internacional é extremamente organizado, tem consultores em diferentes

áreas, um sistema de planejamento, de monitoramento, do qual todos nós participamos. Isso é algo extremamente eficiente, pois temos reuniões regulares, temáticas — sobre segurança, transporte, instalações esportivas, meio ambiente, comunicação. Sentam à mesa os três níveis de governo e o comitê organizador e isso está levando a um entrosamento das equipes, o que para o Rio de Janeiro é uma coisa absolutamente fantástica. Por ter sido capital federal, estado, depois capital de outro estado, o Rio tem uma enorme confusão administrativa. Na maioria dos casos estamos conseguindo resolver problemas históricos da cidade. Por exemplo, o projeto do Porto só é viável hoje por causa desse alinhamento. É um projeto que existe há décadas, mas 60%, 70% dos terrenos da região portuária não pertencem ao município, pertencem a empresas estatais, à União, à Companhia Docas. Temos regularizado essa situação, concentrando esse patrimônio no município; seja comprando, permutando, estamos conseguindo resolver questões administrativas que numa situação normal seria muito difícil. A Olimpíada não só traz um sistema de planejamento que é muito importante, com cronogramas, prazos, pois a gente tem um *deadline* que não muda, mas traz entrosamento e traz um senso de urgência e alavancagem de obras fundamentais para a cidade. Na verdade, dos projetos que a cidade está fazendo, o único que estaria fora caso não fôssemos sede das Olimpíadas seria o Parque Olímpico. As BRTs, o Porto Maravilha, o incentivo à rede hoteleira, que sempre foi extremamente carente, tudo estaria nos planos da cidade.

Comparando com as três décadas anteriores, o poder público hoje oferece um ambiente de negócios favorável, para atrair o setor privado a trabalhar, porque o governo sozinho não consegue dar conta desse desafio

Com base na experiência da EOM, quais processos poderiam ser corrigidos para maior eficiência na execução de projetos municipais, que mitigassem deficiências na realização e readequações no meio do caminho?

Isso faz parte de uma discussão maior que não tem a ver com as Olimpíadas. É uma discussão tão longa, que a gente tem que falar sobre pacto

federativo, redistribuição de recursos, maior autonomia, número de municípios... Não há uma única coisa para pontuar. O que distingue o Rio de Janeiro hoje, e muito, é o pragmatismo do prefeito. O prefeito tem uma liderança muito forte, um senso de urgência muito grande. Ele sabe que esta é uma oportunidade histórica para o Rio de Janeiro, e que se a gente perdê-la não há outra no horizonte que se consiga enxergar. Então, o lema é “take advantage of the games” para fazer o que essa cidade precisa. E como se faz isso? Com capacidade de fazer projetos, que a cidade tem. Recentemente houve uma verba grande disponibilizada pelo governo federal para contenção de encostas. O Rio de Janeiro, por ter projeto e excelência nessa área, conquistou 80% dessa verba para a cidade. Sem capacidade de fazer projetos, sem planejamento, o Rio não conseguiria fazer tanta coisa ao mesmo tempo. Eu já fui do governo, já fui da iniciativa privada, voltei para o governo, e é difícil imaginar a capacidade de entrega que a cidade está tendo. Também temos no Rio um Tribunal de Contas muito bem estruturado, que cumpre a sua função e também faz uma função preventiva, o que nos ajuda a andar mais rápido. Do ponto de vista municipal, acho que as coisas estão acontecendo muito bem no Rio de Janeiro.

Qual o aprendizado que a EOM tem acumulado com a negociação de PPPs?

Não há muita novidade. A novidade é ter a iniciativa privada trabalhando tão perto do governo. Não é só o governo que lidera um processo de mudança. Tanto no município quanto no estado, nos últimos anos estamos vivendo uma coisa totalmente nova. Comparando com as três décadas anteriores, o poder público hoje oferece um ambiente de negócios muito favorável, muito positivo para atrair o setor privado para trabalhar, porque o governo sozinho não consegue dar conta desse tamanho de desafio. Precisávamos do setor privado, e o setor privado veio. A gente vê a eferescência em todas as áreas, seja as mais pesadas — como petróleo, gás, siderurgia — até outras lideradas pelo município, como arquitetura, criatividade e inovação, e isso é ótimo. Temos que aproveitar esse momento.

Londres deixou alguma lição para o Rio?

Cada Olimpíada é uma Olimpíada, e cada cidade é uma cidade. Barcelona tinha uma governança, Atenas, outra. De Londres tivemos muita transferência de conhecimento. Reunimos informações importantes para o desenvolvimento de projetos como o do Parque Olímpico. Foram estudados e documentados detalhes a respeito dos diversos centros de operações e sua integração, a decoração da cidade e das instalações olímpicas, conectividade, funcionamento dos *live sites* (área para que o público acom-

A cidade inteira está sendo afetada. Há dragagem de rios, de lagoas, uma remodelagem total, investimento em educação, inglês nas escolas municipais, ginásios experimentais olímpicos, é muita coisa acontecendo

panhe as competições), acessibilidade, ação dos voluntários e as próprias instalações esportivas (estrutura, materiais, capacidade, instalações temporárias, linha de visibilidade etc.). No caso da mobilidade, por exemplo, os técnicos da prefeitura observaram o gerenciamento de transporte e fluxo de multidões. A cidade, que tem um dos serviços de transporte mais completos do mundo, fez uma bem-sucedida campanha para evitar transtornos nos meios de massa, incentivando os residentes a trabalhar em horários alternativos ou em casa, e a tirar férias durante o período dos Jogos. Mas são realidades distintas. E não só do ponto de vista federativo, já que Londres está em seu segundo prefeito, e o poder local não é o dominante. Não se pode comparar uma cidade que tem um metrô de 150 anos com o Rio de Janeiro, que está fazendo um sistema de transporte com linhas que foram desenhadas há 50 anos e trazendo um metrô de superfície, o BRT, pois não conseguiríamos fazer 150 km de metrô no Rio (levaria 50 anos), ainda mais numa cidade tão complexa — custaria mais caro. O que Londres fez foi criar um novo polo de desenvolvimento para a cidade, na região de Stratford. Essa área se regenerou inteiramente. No Rio, ao contrário, a cidade inteira está sendo afetada. Há dragagem de rios, de lagoas, uma remodelagem total da cidade, investimento em educação, inglês nas escolas municipais, ginásios experimentais olímpicos, é muita coisa acontecendo. Vai levar tempo para a cidade assimilar e até entender essa transformação pela qual estamos passando.

A EOM faz parte do aspecto temporário dos Jogos Olímpicos. Acabará em dezembro de 2016. Qual o legado que espera deixar nesse período?

Tenho uma preocupação muito grande de trabalhar de forma muito orgânica, em conjunto com todos os secretários. Nosso papel

é de coordenador, de ponto focal, de resolver questões, de ser o elo de ligação com o Comitê Olímpico, com os outros governos. Estamos envolvidos não apenas em projetos esportivos, mas da cidade, amplificando uma cultura que já vem sendo implantada pelo prefeito, que tem seu escritório de gerenciamento de projetos.

Vocês identificam algum risco externo para o sucesso dos Jogos Olímpicos, como o destino da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos e seu reflexo no turismo?

Na minha área de atuação, não vejo problema. Do ponto de vista de financiamento dos investimentos, eles estão, senão 100%, 95% equacionados. Quanto ao turismo, os nossos números de turistas são tão pequenos, que temos um espaço enorme para crescer. O Rio recebe pouco mais de dois milhões de turistas estrangeiros por ano, e o país, pouco mais de cinco milhões. Cidades como Nova York, Paris, Londres e Dubai recebem mais de 15 milhões de turistas internacionais por ano. Barcelona recebe mais de oito milhões, e antes das Olimpíadas registrava um número semelhante ao nosso.

Com a conclusão do encaminhamento das obras, qual será a próxima tarefa da EOM?

A questão da prestação de serviços passa agora a ter mais destaque, assim como a de meio ambiente. A prefeitura começa agora em julho uma nova abordagem para a questão do lixo, teremos uma campanha pesada indicando a aplicação das multas, coisa que a gente nunca teve, buscando uma mudança de cultura, porque a cidade precisa. Há um grande projeto relacionado à área de telecomunicações sob a responsabilidade do Comitê Rio 2016. Quanto à hotelaria, temos um grande desafio, pois aumentaremos a oferta entre 11 mil e 16 mil novos quartos até 2016. Em 2010, a prefeitura lançou um conjunto de incentivos para a rede hoteleira. Esses

incentivos incluem a remissão de dívidas de IPTU e isenção de IPTU durante as obras para imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 2012 e imóveis com “habite-se” até 31 de dezembro de 2015; isenção de ITBI (imposto sobre transmissão de bens imóveis) para operações de compra e venda de imóveis destinados à atividade hoteleira até 31 de dezembro de 2012; e redução de ISS (alíquota a 0,5%) de serviços para a construção ou reconversão em empreendimentos hoteleiros até 31 de dezembro de 2015. A resposta do setor aos incentivos foi extremamente positiva. Temos cerca de 90 hotéis sendo construídos na cidade toda. Com a concretização desses empreendimentos, a cidade atingirá mais de 44,7 mil quartos, superando o compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional, que é prover 44.500 acomodações. A estimativa que temos é que cada quarto novo de hotel de três a cinco estrelas gere 0,6 a 0,7 novo emprego, estamos falando de uns 10 mil novos postos de trabalho. Esse também é um ponto que vamos abordar, que é o planejamento de capacitação em serviços. Estamos formatando um projeto de treinamento, a partir do mapeamento da oferta — o que existe de cursos disponíveis —, quais públicos precisam ser treinados, retreinados e capacitados para os Jogos. Essa responsabilidade não é só nossa, é compartilhada. Mas é um foco importantíssimo, que sob o guarda-chuva das Olimpíadas ganha um senso de urgência, pois se trata de um legado permanente, intangível. ■

Os nossos números de turistas são tão pequenos, que temos um espaço enorme para crescer. O Rio recebe pouco mais de dois milhões de turistas estrangeiros por ano, e o país, pouco mais de cinco milhões



Obras do binário no Porto do Rio (Foto: Luciola Villela/Cidadeolimpica.com)

**Empresa Olímpica Municipal – total de obras e projetos: 21.
Os 11 projetos com investimento total divulgado totalizam R\$ 11,6 bilhões**

Principais obras

◎ PARQUE OLÍMPICO

Espaço de 1,18 milhão de metros quadrados na região da Barra da Tijuca. Será o ponto central do evento, recebendo competições de 14 modalidades olímpicas e 10 paraolímpicas. Valor do investimento ainda não oficializado, estimado pelo mercado em R\$ 1,2 bilhão.

◎ PORTO MARAVILHA

Revitalização urbana da região portuária do Rio, incluindo bairros como Saúde e Gamboa. Prevê a demolição do Elevado da Perimetral, a implantação de 5 km de túneis e viadutos, a reurbanização de 70 km de ruas e a implantação de 700 km de redes de água, esgoto, telefonia, drenagem e gás. Maior PPP brasileira, envolve investimento total de R\$ 8,37 bilhões.

◎ REDE DE BRTS

Quatro linhas de corredores expressos com ônibus

articulados: Transoeste (Santa Cruz à Barra da Tijuca); Transbrasil (Deodoro ao Centro); Transcarioca (Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional); e Transolímpica (Recreio dos Bandeirantes a Deodoro). Transcarioca e Transoeste já somam investimentos de R\$ 2,6 bilhões.

◎ VLT CARIOCA

Trinta quilômetros de rotas do veículo leve sobre trilhos que integrará, entre outros, a Rodoviária Novo Rio ao Aeroporto Santos Dumont e ao Porto do Rio de Janeiro. Valor do investimento não oficializado, estimado pelo mercado em R\$ 1,2 bilhão.

◎ CENTRO DE TRATAMENTO RESÍDUOS DE SEROPÉDICA

Novo aterro sanitário, dotado de modernas tecnologias ambientais, que substituiu o lixão de Gramacho. Valor total da obra, R\$ 224 milhões.